

REENCONTRO COM O NORDESTE: Itinerários de pesquisa e construção do campo intelectual dos estudos rurais

Maria de Nazareth Saudei Wanderley

RESUMO

Esta aula inaugural se refere a formação e o amadurecimento do campo intelectual, no Brasil, em torno dos estudos rurais, que congrega um grande número de pesquisadores em todas as regiões do País e a partir do qual, em conjunto, pensamos sociologicamente a sociedade brasileira. Refiro-me, especialmente, aos contornos deste campo, tais como foram sendo recortados e aprofundados a partir dos anos 70, sem ignorar, no entanto, que os estudos rurais têm uma longa história no pensamento social brasileiro e uma importante contribuição para a compreensão da sociedade, nos

períodos anteriores ao que estou demarcando neste trabalho.

Digamos, que para efeito desta análise, considerarei o campo intelectual dos estudos rurais que se constituiu especialmente em torno da implantação e solidificação dos programas de pós-graduação no Brasil. Outros já fizeram este mesmo esforço de síntese, entre eles, José Vicente Tavares dos Santos, José César Gnaccarini e Margarida Maria Moura.¹ Neste meu trabalho, assumo o risco de propor minha leitura pessoal. Para fazer esta reflexão permito-me usar como referência um texto recente de Marcel Jollivet, que eu mesma acabo de traduzir e que foi publicado na revista do CPDA.²

1 _ SANTOS, José Vicente Tavares dos. Crítica da sociologia Rural e a construção de uma outra sociologia dos processos sociais agrários. Ciências Sociais Hoje 1991, S. Paulo, ANPOCSNértice, 1991 p. 13-51. . Notas sobre a investigação socio-antropológica do "rural"; o caso do Grupo de Trabalho Estado e Agricultura da ANPOCS. Mimeo. 1988. GNACCARINI, José César, A MOURA, Margarida Maria. Estrutura agrária brasileira: permanência e diversificação de um debate. Bl8. R. Janeiro, (15) 1983.

2 _ JOLLIVET, Marcel. A "vocação atual" da sociologia rural. Estudos Sociedade e Agricultura. R. Janeiro, (11): 5-25, out. 1998.

1. INTRODUÇÃO

Fui convidada pela coordenação do Programa de Pós-Graduação de Sociologia desta Universidade para proferir a aula inaugural do ano letivo de 1999. Meu sentimento é que, de fato, esta aula é mesmo inaugural. Antes de mais nada, ela pretende marcar, para vocês, um momento crucial desta etapa da formação superior, que estão vivenciando, seja os que estão no começo do curso, carregando todas as esperanças de um aprendizado fecundo, seja os que já alcançaram sua fase final, quando os resultados de seus esforços devem aparecer sob a forma da tese.

Nesta perspectiva, ela é inaugural porque tem como objetivo, dar as boas vindas, acolher os jovens pesquisadores neste espaço de aprendizado que é um programa de pós-graduação. Objetivo bem amplo, e mesmo audacioso, pois se trata, de uma certa forma, de falar em nome do corpo docente, "dar o tom" da experiência intelectual da casa, a qual, precisamente, estes jovens estão sendo convidados a compartilhar. O risco é sem dúvida, muito grande, pois, na verdade, esta aula inaugural é a "fala" de um professor, o que, se tem a vantagem de revelar a "sensibilidade intelectual" de quem a profere, também pode empobrecer-se, restringindo-se aos seus próprios limites pessoais.

Devo confessar, que esta aula é inaugural, sobretudo para mim mesma: de fato, ela está inaugurando

um tempo novo para mim, que, apesar dos laços de amizade pessoal, que mantenho há muitos anos, com alguns professores/pesquisadores desta casa, pela primeira vez estou instalada, trabalhando na UFPE. Posso garantir a vocês, que esta experiência tem se revelado de uma grande riqueza humana e intelectual.

Confesso, também, que apesar da grande emoção que senti ao receber este convite do Professor Jorge Ventura, a consciência da responsabilidade que me estava sendo confiada me fez hesitar. O que posso dizer para eles?

Depois de muito pensar, decidi que deveria compartilhar com vocês a reflexão que faço hoje sobre a formação e o amadurecimento deste campo intelectual, no Brasil, em torno dos estudos rurais, que congrega um grande número de pesquisadores em todas as regiões do País e a partir do qual, em conjunto, pensamos sociologicamente a sociedade brasileira.

Refiro-me, especialmente, aos contornos deste campo, tais como foram sendo recortados e aprofundados a partir dos anos 70, sem ignorar, no entanto, que os estudos rurais têm uma longa história no pensamento social brasileiro e uma importante contribuição para a compreensão da sociedade, nos períodos anteriores ao que estou demarcando neste trabalho.

Digamos, que para efeito desta

Reencontro com o Nordeste

análise, considerarei o campo intelectual dos estudos rurais que se constituiu especialmente em torno da implantação e solidificação dos programas de pós-graduação no Brasil. Outros já fizeram este mesmo esforço de síntese, entre eles, José Vicente Tavares dos Santos, José César Gnaccarini e Margarida Maria Moura.³ Neste meu trabalho, assumo o risco de propor minha leitura pessoal. Para fazer esta reflexão permito-me usar como referência um texto recente de Marcel Jollivet, que eu mesma acabo de traduzir e que foi publicado na revista do CPDA.⁴

O elemento fundante deste campo consiste no fato de que ele é definido pelo seu objeto - o meio rural - cuja natureza tem uma forte conotação espacial. Se é verdade que, em algum momento, a pertinência dos estudos rurais foi questionada, em nome da suposta impertinência do

espaço como categoria sociológica, no mundo moderno - e pós-moderno - o espaço recupera todo o seu valor explicativo, como portador de relações sociais. Como afirma Boaventura de Souza Santos, "é... curioso observar que, ao chegarmos ao fim do século, assistimos à reemergência das metáforas espaciais, não sendo por acaso que o debate sobre o pós-modernismo se iniciou na arquitetura. As ciências sociais, que tal como a lua, não têm luz própria, começam a refletir esta mudança argumentativa. O espaço volta a ter o seu espaço".⁵

Para o antropólogo belga Marc Mormont, o rural é "uma categoria de leitura do social", que é, ao mesmo tempo, "uma categoria operatória de descrição do espaço" - cuja heterogeneidade expressa, antes de mais nada, "experiências diferentes de vida social" - e "uma categoria sócio-política que funciona como

3 - SANTOS, José Vicente Tavares dos. Crítica da sociologia Rural e a construção de uma outra sociologia dos processos sociais agrários. Ciências Sociais Hoje 1991, S. Paulo, ANPOCSNértice, 1991 p.13-51. . Notas sobre a investigação socio-antropológica do "rural"; o caso do Grupo de Trabalho Estado e Agricultura da ANPOCS. Mimeo. 1988.GNACCARINI, José César, A MOURA, Margarida Maria. Estrutura agrária brasileira: permanência e diversificação de um debate. BIB, R. Janeiro, (15) 1983.

4 _ JOLIIVET, Marcel. A "vocação atual" da sociologia rural. Estudos Sociedade e Agricultura, R. Janeiro, (11): 5-25, out. 1998.

5. SANTOS, Boaventura de Souza. O espaço da introdução. Revista Crítica de Ciências Sociais, Lisboa, (22): 5-12, abro 1987. (Espaço e Industrialização).

Estudos de Sociologia

categoria transacional", na medida em que suscita a "emergência" dos atores sociais que a reivindicam, uma produção intelectual significativa e a criação institucional e organizacional".⁶

Da natureza multifacetária do seu objeto, decorrem quatro elementos que caracterizam fundamentalmente os estudos rurais. Em primeiro lugar, o seu caráter interdisciplinar no interior das Ciências Sociais. Com efeito, compreender, em sua totalidade, a dinâmica social do meio rural exige o concurso de historiadores, geógrafos, economistas, demógrafos, sociólogos, antropólogos, psicólogos sociais e cientistas políticos.

Porém, se a interdisciplinaridade supõe a consciência dos limites de cada uma destas disciplinas, supõe também - e este é o segundo elemento a considerar - a necessária contribuição disciplinar - de cada uma das disciplinas mencionadas - imprescindível para compreensão do objeto em sua totalidade. É assim, igualmente impossível compreender o objeto em estudo, sem a referência à História, à Geografia, à Sociologia, à Antropologia, etc.

Com esta afirmação, introduzo o terceiro elemento caracterizador do

objeto dos estudos rurais, decorrente do anterior: é que, na verdade, ele não reclama para si uma autonomia disciplinar; a Economia, a Sociologia, a Antropologia etc, ditas "agrícolas", "rurais", "camponesas", não pretendem se constituir como um corpo teórico próprio e autônomo.

Referindo-se à Sociologia Rural francesa, Marcel Jollivet afirma: "Se a sociologia rural é, antes de tudo, sociologia, ela se integra pura e simplesmente às evoluções gerais - temáticas, metodológicas, teóricas - da sociologia...é assim que ela foi, a cada vez - ou simultaneamente - durkheimiana, funcionalista, culturalista, marxista, estruturalista, weberiana, etc. Não existe, portanto, 'escola' de sociologia rural, mas através da sociologia rural, análises de inspirações teóricas diversas, que propõem diferentes maneiras de integrar as dimensões sociológicas da atividade agrícola e do mundo rural em uma análise de conjunto da sociedade (francesa) e, mais largamente das 'sociedades industriais'".

Finalmente, o quarto elemento funciona como um contraponto ao anteriormente referido. Pelo seu caráter, o objeto dos estudos rurais exige um olhar específico, análises especiais que o particularizem. Cabe

⁶ - MORMONT, Marc. Le rural comme catégorie de lecture du social. IN: JOLLIVET, Marcel, EIZNER, Nicole (dir). L'Europe et ses campagnes. Paris, PFNSP, 1996. p. 161-176.

Reencontro com o Nordeste

assim, aos cientistas sociais, de uma certa forma, impor seu objeto à sua teoria disciplinar. Não é pois de admirar que, envolvidos nos programas de pós-graduação das universidades brasileiras, os estudiosos do "rural" participem marcadamente da ANPOCS, da ABA, da ABEP, da ANPEC e outras instâncias semelhantes de reflexão disciplinares e, ao mesmo tempo, tenham, há muito tempo, criado outras instâncias específicas, para a legitimação do seu próprio debate, como é, por exemplo, a Associação PIPSA.⁷

Devo registrar que os pesquisadores do "rural" no Brasil estão cada vez mais, como os demais cientistas sociais, inseridos no debate internacional, desenvolvendo um amplo programa de cooperação científica, especialmente com seus colegas dos Estados Unidos, da Inglaterra, da França, da Itália, do Canadá, de Portugal e do México.

Seria, evidentemente, impossível, nesta apresentação, dar conta dos referenciais teóricos dos pesquisadores nele envolvidos. Creio, no entanto, que é possível registrar, grosso modo, a existência de duas grandes orientações, que marcaram

mais profundamente os estudos rurais no Brasil. Em primeiro lugar, a teoria marxista, formulada em torno da questão agrária, pela qual os clássicos interpretaram as particularidades da reprodução da agricultura e do meio rural nas sociedades capitalistas modernas. Nesta perspectiva, a questão agrária se desdobra em três problemáticas específicas: a questão fundiária, que interroga sobre a natureza da propriedade da terra sob as condições capitalistas de produção; o progresso técnico - trata-se, aqui, dos processos específicos de aplicação da ciência a uma atividade profundamente dependente das condições naturais - e a questão camponesa, que interroga qual o "lugar" do campesinato, entendido como uma classe social, nas sociedades capitalistas modernas.

Em segundo lugar, a referência aos estudos clássicos sobre o campesinato, de caráter mais antropológico, que o concebem como uma sociedade parcial, relativamente autônoma, funcionando segundo leis próprias e específicas, integrada a uma sociedade mais ampla que a engloba. São seus principais expoentes Eric Wolf, Robert Redfield, Henri Mendras, este, na França e os "ruralistas" da Europa de Leste, Chayanov, Galeski, Tepicht, etc.

7 _ Da mesma forma que colaboram nas revistas das Ciências Sociais, tenham também seus próprios meios de divulgação, entre outros: a revista Reforma Agrária, da ABRA, Estudos, Sociedade e Agricultura, editada pelo CPDA (UFRRJ), a revista Raízes (UFPB) e Agricultura familiar (UFPA).

Mais recentemente, a exemplo do que vem ocorrendo com as Ciências Sociais em geral, o debate abriu um amplo leque de referências teóricas, incorporando o pensamento dos grandes cientistas sociais da atualidade, escolhidos em função das exigências de cada tema particular de pesquisa e das afinidades intelectuais de cada pesquisador.

Desta forma, mais do que a reconstrução do intrincado xadrez das matrizes teóricas, tentarei selecionar algumas temáticas, aqui reunidas em 7 grandes eixos, que me parecem constituir o seu "núcleo central", em torno do qual o essencial do corpus teórico foi elaborado.

Vejam os rapidamente cada uma delas.

I. Primeiro eixo: a construção social do espaço rural.

De acordo com a última Contagem da População, efetuada em 1996, pelo IBGE, a população rural brasileira era de 34 milhões de habitantes, equivalente a 21% da população total do País. (Um parêntesis para dizer que destes, 15,5 milhões estão no Nordeste). Primeira constatação: o espaço rural não é vazio; nele vive parcela não negligenciável da população brasileira. Temos, pois um objeto de estudo.

Antes de mais nada, é preciso reiterar que, quando estamos falando de mundo rural, estamos nos referindo

a um universo socialmente integrado ao conjunto da sociedade brasileira e ao contexto atual das relações internacionais. Não estamos, portanto, supondo a existência de um qualquer universo isolado, autônomo em relação ao conjunto da sociedade e que tenha lógicas exclusivas de funcionamento e reprodução. Porém, consideramos que este mundo rural mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba.

Este mundo rural se move em um espaço específico, o espaço rural, entendido em sua dupla face: enquanto um espaço físico diferenciado e enquanto um lugar de vida. Faz-se, aqui, referência à construção social do espaço rural, resultante especialmente da ocupação do território, das formas de dominação social que tem como base material a estrutura de posse e uso da terra e outros recursos naturais, como a água, da conservação e uso social das paisagens naturais e construídas e das relações campo-cidade. Neste domínio, em particular, as Ciências Sociais no Brasil são profundamente devedoras das contribuições dos grandes geógrafos, que são muitos e presentes em todas as regiões do país.

O tema do mundo rural, está sendo retomado atualmente, tendo como preocupação primeira, a compreensão de suas transformações

Reencontro com o Nordeste

mais recentes e que estão ocorrendo, com mais intensidade nos países "avançados".

A dinâmica do meio rural, nestes países, se fundamenta hoje em três pilares. Em primeiro lugar, uma nova **composição** demográfica; os espaços rurais atraem cada vez mais populações urbanas, o que estimula o crescimento da população rural e modifica seu perfil demográfico: os agricultores passam, frequentemente, a ser minoritários no meio rural. Isto acontece sobretudo em consequência da "crise" das áreas metropolitanas (grandes aglomerados), da descentralização industrial e dos serviços, de uma maior homogeneização das condições de vida no campo e na cidade (acesso mais homogêneo aos serviços básicos e aos bens culturais) e da maior valorização da qualidade de vida nos pequenos aglomerados rurais. Novas e diversificadas demandas se expressam, que tendem a dinamizar a vida local e a criar alternativas de ocupação e renda inclusive para as famílias de agricultores.

Em segundo lugar, o desenvolvimento do meio rural destes países se apoia na expansão das atividades produtivas intersetoriais: a produção agrícola se integra cada vez mais aos setores de transformação e de comercialização. Trata-se de buscar explorar ao máximo as potencialidades de cada local, oferecendo a uma clientela que se cria neste processo, produtos de Qualidade reconhecida e procurada

(associada, precisamente às particularidades de cada localidade). Estimula-se que a própria família de agricultores assumam parcela importante destas atividades que acrescentam valor aos produtos primários. Mesmo as áreas mais atrasadas **poderiam** ter condições de descobrir e desenvolver estas potencialidades.

Finalmente, em terceiro lugar, há **a** considerar a expansão das atividades de serviço ligadas ao lazer das populações urbanas. Isto supõe a valorização do que cada local tem de particular e especial, que possa interessar aos compradores destes serviços, o que, por sua vez, supõe a **valorização** do patrimônio (natural e cultural) local. Mas este caminho do desenvolvimento exige a garantia de um nível de qualidade dos serviços oferecidos a esta população demandante (local acessível, higiene, conforto, segurança etc). As possibilidades de desenvolver este tipo de atividade, serão, certamente desiguais, algumas áreas terão certamente maiores vantagens que outras, mas lá onde elas podem se expandir, a pluriatividade das famílias dos agricultores poderá ser estimulada, dentro e fora do estabelecimento familiar.

Desta forma, neste novo contexto, o meio rural é percebido em função de 4 dimensões centrais: além de permanecer, sob formas diferentes, um espaço produtivo, ele se torna **cada** vez mais aberto a outros grupos sociais, acolhendo residentes de

origem urbana (espaco de residência), e oferecendo serviços ao conjunto da sociedade, (espaco de servicos), e assumindo, em grande parte, a hoje valorizada função de preservação dos recursos naturais e culturais (espaco patrimonial).

Este debate chega ao Brasil no momento em que se constata os impasses gerados pela crise econômica mundial e nacional, especialmente, sobre o desemprego, as condições de vida nas grandes cidades e o arrefecimento do fluxo migratório rural/urbano.

De meu conhecimento, há três equipes de pesquisa envolvidas nestes estudos. José Graziano da Silva coordena, no Instituto de Economia, da UNICAMP, uma ampla pesquisa, que reúne um grande número de pesquisadores de matrizes disciplinares diversas, com o objetivo de estudar o que chama "o novo mundo rural". Este, na perspectiva adotada pela equipe, é resultante da crescente dissociação entre o "rural" e o "agrícola", isto é, do desenvolvimento de atividades não agrícolas no meio rural, que empregam crescentemente a população residente no campo e que modificam em profundidade o perfil demográfico e sociológico do meio rural. Maria José Carneiro, antropóloga do CPDA, no Rio de Janeiro, e que desenvolve sua própria pesquisa sobre o tema da ruralidade, também participa da equipe de Campinas.

Uma outra pesquisa está sendo feita aqui, na UFPE, sob minha coordenação e pretende se constituir como um "laboratório de observação permanente sobre as transformações do mundo rural do Nordeste". Finalmente, Carlos Brandão e Emília Pietrafesa, da UNICAMP, continuando uma importante tradição antropológica, estão elaborando um projeto integrado, cujo tema, centrado no território, será "os sertões de dentro".

2. Segundo Eixo: as transformações da agricultura e o papel do Estado.

O segundo eixo temático refere-se às transformações da agricultura e o papel do Estado. Não tratarei aqui, do grande debate sobre o papel da agricultura no desenvolvimento brasileiro, que, nos anos 50 e 60, se inscrevia na discussão mais ampla, de caráter eminentemente político, a respeito da natureza da revolução social no País.

2.1. A modernização conservadora

Partirei da constatação de que a dinâmica desta modernização transformou profundamente o patamar técnico-econômico da agricultura brasileira. Angela Kageyama indica que "em 1960, havia apenas 1 trator para 2.352 hectares; em 1980, o parque de



Reencontro com o Nordeste

tratores já correspondia a 1 trator para 572 hectares". Da mesma forma, esta autora calcula que a participação dos insumos modernos nas despesas totais dos estabelecimentos agropecuários passou de 22,7% em 1960 para 38,1% em 1980. (KAGEYAMA, 1985).

A agricultura brasileira é hoje, efetivamente, integrada aos grandes complexos agro-industriais, ao processo geral de acumulação do conjunto da economia brasileira e de globalização da economia. Estudar este processo, portanto, exige que ele seja compreendido em suas ligações com este contexto mais geral, que se reflete na configuração das potencialidades econômicas internas - novas demandas do mercado internacional - na definição de uma nova ordem econômica internacional - a regionalização dos mercados - e na conseqüente emergência de novas instâncias - internacionais - de definições e regulamentação políticas. A este respeito, é importante registrar a emergência, relativamente recente, do que se chama uma sociologia da agricultura, que tem se expandido em estreita colaboração com os expoentes desta temática fora do Brasil e com pesquisadores brasileiros de outras disciplinas, especialmente da Economia. Dentre os sociólogos brasileiros, permito-me destacar, pela sua contribuição, Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, em Pernambuco, posteriormente, Sergio Schneider, no Rio Grande do Sul.

Porém esta modernização será, paradoxalmente, qualificada como conservadora.

Em primeiro lugar, porque ela reproduz a propriedade latifundiária. Os dados mais recentes sobre a distribuição e uso da terra no Brasil, demonstram com efeito que, em 1992, 66,5% da área total dos imóveis rurais eram classificados como latifúndios e que 185 milhões de hectares, isto é, 40% da área aproveitável para a agricultura, não são aproveitados produtivamente. Como afirma José Graziano da Silva, "os resultados das políticas que visam o desenvolvimento do capitalismo no campo têm servido, na maioria das vezes, para a manutenção de um sistema latifundiário no qual a terra assume o principal papel como geradora de renda, deixando ao capital um papel secundário".

Em segundo lugar, deve-se registrar que esta modernização, que foi financiada com recursos públicos, permanece pareia!. José Graziano da Silva demonstra isto em sua tese de doutorado, publicada em 1981: a modernização atinge apenas algumas regiões do País, alguns setores produtivos, algumas categorias de produtores e apenas parcialmente o processo produtivo. E o mesmo Graziano constata que, menos de 10% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros estariam integrados à moderna maneira de produzir; segundo os dados do Censo de 1985, por exemplo, apenas 7% dos

estabelecimentos agropecuários possuíam trator. (SILVA.1981).

Poder-se-ia dizer, assim, que o desenvolvimento da agricultura brasileira resultou da aplicação de um modelo modernizante, de tipo produtivista sobre uma estrutura anterior, tecnicamente atrasada, predatória dos recursos naturais e socialmente excludente. A agricultura que emerge desta junção não elimina completamente a marca do passado, à qual acrescenta as contradições específicas do modelo produtivista adotado. Assim, ao mesmo tempo que se vê obrigada a enfrentar os riscos da poluição e da degradação ambiental, em consequência do uso de agrotóxicos, tem ainda de enfrentar problemas decorrentes da baixa produtividade da maioria de suas culturas e da existência de grande proporções de terras que permanecem improdutivas.

2.2. O Estado e as políticas para a agricultura.⁸

Para além da análise das transformações técnicas e econômicas, o que está em questão aqui é o modelo de agricultura que, de uma certa forma, a sociedade escolhe, e que é implementado com recursos públicos.

De fato, por mais modernizada que seja a agricultura de um país, os resultados da produção dependem, em grande parte, das condições naturais, que não são totalmente controladas pela técnica e pela ciência. Esta vulnerabilidade não diminui, no entanto, a importância da agricultura para o conjunto da sociedade, em razão da própria natureza dos bens nela gerados. Vulnerável, por um lado, indispensável, por outro. É por isto que, mesmo nos países mais industrializados e modernos, a produção agrícola é sempre protegida. A sociedade como um todo aceita transferir para os produtores agrícolas parcela significativa dos recursos sociais, para garantir as condições necessárias ao seu desempenho satisfatório.

Mas, "transferir recursos para quem? Que objetivos a sociedade pretende estimular com o apoio do Estado? Que modelo de sociedade está subjacente aos projetos aprovados? Qual a concepção de progresso que é legitimada pela sociedade e que classes ou grupos na sociedade são legitimadamente portadores e implementadores desta concepção"?

Isto nos leva a considerar a segunda temática deste eixo analítico, que trata do papel do Estado e das

⁸ _ Este tema foi tão importante, que durante muito tempo, o Grupo de estudos agrários da ANPOCS era denominado "Estado e Agricultura".



Reencontro com o Nordeste

políticas públicas para a agricultura. Constituinte.

Transferir recursos para a produção; transferência efetuada sob critérios políticos e sociais explícitos, que avaliem socialmente a eficiência do setor beneficiado e levem em conta os demais serviços prestados pelos agricultores à sociedade, como por exemplo, a preservação dos recursos naturais.

Financiar o compromisso dos agricultores para com a sociedade é muito diferente do financiamento à especulação, à reprodução das terras inexploradas, da baixa produtividade e da imoral exploração da força de trabalho, no limite do cerceamento da liberdade individual.

A classe dos grandes proprietários de terra, foram os grandes beneficiários deste processo, sem contudo realizar em profundidade a modernização pretendida. Ela conseguiu historicamente "cativar" o Estado, política e ideologicamente, apresentando-se socialmente como a "portadora" do progresso, mais capacitada porque integrada aos complexos agroindustriais, no interior dos quais pontifica o próprio Estado e, de forma natural, pois sem concorrentes, uma vez que nenhuma outra categoria social estaria apta a cumprir esta missão. Basta lembrar que Ronaldo Caiado, fundador e presidente da UDR proclamou alto e bom som em 1988: "nós somos produtivos", vencendo, assim, um dos mais importantes e decisivos debates políticos que se travava no Congresso

Desta forma, "...os chamados 'ruralistas' conseguiram jogar para debaixo do tapete o fato de que a propriedade da terra continua representando um obstáculo ao pleno desenvolvimento da agricultura. É com esse disfarce que pretendem enfrentar a modernidade do mercado agrícola que alcança, como vimos, dimensão internacional. Resta saber se este mercado poderá conceder ao latifúndio a sobrevida que lhe foi assegurada até o presente pelas forças políticas dominantes na esfera do Estado brasileiro".

3. Terceiro eixo: as classes agrárias

Quais são as classes SOCIAIS, cuja base material se encontra nas atividades agropccu árias e no meio rural?]

3.1. Os "dirigentes da produção".

A respeito da classe dos proprietários de terra, peço permissão para fazer uma rápida digressão teórica. Segundo a teoria da renda da terra, tal qual foi formulada por Marx, as condições históricas do desenvolvimento da agricultura capitalista favorecia o surgimento - al éin das classes fundamentais do capitalismo, a burguesia e o proletariado de um terceiro personagem, o do proprietário da

terra, como personagem **distinto** e autônomo daqueles outros dois. Esta distinção, para Marx, era uma condição definidora do próprio capitalismo na agricultura. Na verdade, o pressuposto da existência desta "fórmula trinitária" tem como referência empírica **as** particularidades **da** história agrária inglesa, que não correspondiam, como ficou posteriormente constatado, a um modelo universalmente presente.

Ora, no Brasil, pelas razões históricas que todos conhecemos, a exploração produtiva **na** agricultura "tem outras conotações, decorrentes do fato de que **a** classe que é proprietária **da** terra, não se distingue daquela que possui os meios de produção **agrícola** e se define fundamentalmente como dirigente do processo produtivo". (WANDERLEY.1979). Evidentemente, a propriedade **da** terra, nem sempre está associada **a** sua exploração produtiva, destinando-se frequentemente, **à** especulação e **a** constituição de reservas de valor, o que reforça, como foi visto antes, o caráter conservador da estrutura fundiária e da classe dominante **a** ela atrelada.

É interessante observar que a organização política representativa destes "empresários" nasce no momento em que consideram que a

propriedade da terra está ameaçada e é, portanto, enquanto proprietários - certamente sua face mais forte e profunda - que **reagem** às propostas de reforma agrária então em debate e atuam organizadamente na Constituinte, como vimos acima."

3.2. Os trabalhadores agrícolas.

Desde o final dos anos 60, acentuava-se, especialmente, em algumas regiões do País, a expulsão em massa dos trabalhadores agrícolas, antes residentes nas propriedades e a consequente constituição de um enorme contingente de assalariados que dependiam exclusivamente do trabalho na agricultura. Eram os então chamados trabalhadores "volantes" - que voam - na busca de um trabalho, itinerante, intermitente e extremamente extorsivo. A multiplicação das favelas, que recolhiam estes "bóias-frias", veio alterar profundamente, naquele momento, a paisagem nas pequenas e médias cidades do interior em todas as regiões do País.

O caráter parcial da modernização repercute diretamente sobre o emprego dos trabalhadores rurais nas grandes propriedades consideradas "modernas" do País. Na grande propriedade agrícola

9 _ Regina Bruno é pioneira no estudo da atuação política dos proprietários, especialmente através da UDR.

Reencontro com o Nordeste

brasileira, o trabalhador aparece, onde a máquina está ausente. Há sem dúvida a considerar, como explicação, as especificidades dos processos de trabalho industrial e agrícola: este último, depende direta e profundamente das condições naturais, já "vencidas" pela forma industrial de produzir. É sabido que na indústria, desde sua origem até recentemente - não me refiro, portanto, aqui às condições atuais do trabalho industrial - o capital subordina o trabalho, transformando o trabalhador num apêndice do "sistema de máquinas". Na agricultura, na media mesma em que o uso das máquinas não constitui um sistema, no sentido industrial do termo, mas se encadeia, em função do ritmo biológico da evolução dos seres vivos, a modernização redefine, sem destruir, a capacidade de intervenção do produtor no processo produtivo. Compreende-se, assim, que a predominância do trabalho assalariado na agricultura, longe de ser um signo de progresso, o é de um período já ultrapassado nos países considerados avançados na atualidade.

Pode-se dizer, assim, que a agricultura moderna do Brasil não gerou um trabalhador moderno. De fato, na agricultura brasileira, dominada pelo modelo latifundiário,

parece evidente que a importância do trabalho assalariado, sobretudo nas culturas consideradas modernas - e utilizar trabalhador assalariado era um critério para defini-las como moderna - acontece também, em grande parte, porque o processo de produção nesta agricultura não é, como já dissemos anteriormente, totalmente modernizado, onde, portanto, permanece a necessidade do trabalho manual, desqualificado e mal remunerado.

Maria da Conceição D'Incao, em livro publicado em 1973, revelou a natureza profunda destas contradições do progresso: "acumulação e miséria". A proletarização é aqui confundida com a pauperização extrema, "proletarização" à brasileira, feita sob a base da extrema exploração da força de trabalho sem qualificação profissional, sem garantia de proteção efetiva das leis trabalhistas e com acesso precário aos bens e serviços fundamentais ao cidadão.¹⁰

Chamo a atenção para o fato de que a sociedade brasileira sempre teve uma enorme dificuldade para nomear estes novos personagens. "Bóia-fria", expressão presente, inclusive, em uma canção popular e usada em um discurso por um ex-governador de São Paulo ("Meus

¹⁰ _ Ainda nos anos 60, a FORD financiou uma série de reuniões anuais na UNESPI Botucatu sobre mão de obra volante, sob a coordenação de Sonia Bergamasco e a direção da ABRA. Além dos Anais de cada encontro, foi publicado um livro com uma seleção das comunicações apresentadas.

queridos bóias-frias..."), não identifica para ninguém. Na verdade, são trabalhadores rurais, referência que, gestada ainda **antes** de 64, retoma então, seu vigor, como identidade reivindicada pelo movimento sindical rural, fortalecido a partir de 1968, com o fim da intervenção na CONTAG.

Vale lembrar, esta dificuldade para dar o nome, já havia antes se expressado com muita força, por ocasião da emergência do movimento camponês, precisamente aqui, em Pernambuco. A palavra "camponês" assustava e era rejeitada por não estar inserida na tradição local, quando a tradição local era precisamente não nomear esta gente, a não ser como "matuto", "bacurau", "cassacos", "corumbas", mais estigmas do que propriamente nomes.

3.3. Campesinato e agricultura familiar.

Ao risco de simplificar em excesso o rico quadro de análises que foi sendo gestado sobre este tema, pretendo aborda-lo a partir de alguns recortes do debate.

Inicialmente, a questão do lugar do campesinato na sociedade moderna obtém duas respostas distintas, e isto não só no Brasil: por um lado, sua negação. Com efeito, para uns, o campesinato não tem lugar nenhum, pois seria sobrevivência de modos de produção anteriores ao capitalismo, devendo desaparecer com o

desenvolvimento deste; para outros - em uma visão nu ançada desta negação - sua presença é residual, transitória e subordinada.

No entanto, a teoria da "decomposição do campesinato" e da inevitável proletarização dos trabalhadores rurais começa a perder força, aqui como na sociologia rural dos países "avançados". A "teimosia" dos camponeses em continuar existindo, quando se esperava que o capitalismo eliminasse esta "classe de bárbaros", de uma certa forma, "obrigou" os pesquisadores a se questionar sobre a natureza econômica e social do campesinato.

Tendo como predecessores, entre outros, os livros clássicos de Antônio Cândido e Maria Isaura Pereira de Queiroz, o período foi extremamente fértil em estudos sobre este tema. A tradição antropológica foi particularmente beneficiada com a "realização" de uma grande pesquisa no Museu Nacional, coordenada por Moacyr Palmeira e Octávio Guilherme Velho sobre o campesinato como um "modo de produção subordinado". Desta pesquisa, que teve como locus as áreas de "plantation" no Nordeste e de fronteira no Norte, resultou a constituição de uma verdadeira "escola" de estudos camponeses, de onde saiu uma importante e diversificada produção científica. Outras abordagens teóricas foram, igualmente sendo propostas, em torno de conceitos tais como "ordem moral" (Klaas Wortmann),

Reencontro com o Nordeste

reprodução de relações não capitalistas pelo capital (José de Souza Martins), a agricultura de subsistência (José Graziano da Silva), um trabalhador para o capital (Nazaré Wanderley).

De grande importância são os estudos históricos, que se multiplicam, dando continuidade a um rico veio da tradição historiográfica brasileira.

Marco expressivo da reflexão sobre a agricultura familiar vem a ser o artigo publicado na Revista Perspectiva, da UNESP/Araraquara, por Angela Kageyama e Sonia Bergamasco, no qual as autoras tentam, pela primeira vez, dimensionar a agricultura familiar no País. Baseadas nos dados censitários de 1980, elas puderam afirmar que cerca de 72% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros usavam mão de obra familiar - os quais ocupavam uma área equivalente a 42% da área total dos estabelecimentos do País e propuseram uma tipologia para entender a sua diversidade. Outras pesquisas são feitas em seguida, com o mesmo objetivo, entre as quais, a de Ricardo Abramovay, esta, sobre o Estado de São Paulo.

A resistência à exploração de que é vítima, torna o campesinato um ator político, sendo, assim, portador de projetos políticos de transformação da sociedade. Penso que os estudos de José de Souza Martins sobre o campesinato e a política - Martins refere-se à "resistência da vítima" - se inscrevem nesta perspectiva, da

mesma forma que as pesquisas que se referem à atuação da Igreja Católica no meio rural especialmente a de Regina Novaes, e às lutas camponesas do período, tais como o realizado por Neide Esterici sobre os posseiros do Araguaia.

Em terceiro lugar, há a considerar um debate, relativamente recente a respeito da emergência do agricultor familiar moderno. É evidente que as transformações gerais da sociedade e, em particular, as transformações das condições de produção na agricultura, impuseram mudanças significativas na forma de produzir e na sociabilidade dos camponeses: em várias situações, a produção familiar integra-se aos processos de mercantilização da produção, de especialização das atividades e de modernização do processo produtivo.

Como a entendo, a agricultura familiar é aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, organiza o processo produtivo e assume o trabalho no estabelecimento. No entanto, assim definida, esta categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais. Como afirma Hugues Lamarche "a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém, nela mesma, toda a diversidade". (LAMARCHE, 1998). Assim sendo, a agricultura camponesa tradicional vem a ser uma

das formas sociais de agricultura familiar.

Alguns dos estudos feitos sobre este tema insistem na subordinação - de uma certa forma "terminal" - do camponês ao capital. Aos poucos, no entanto, "as análises das estratégias familiares - estratégias não apenas produtivas, diga-se de passagem - adquirem pertinência e significação. Pessoalmente, propus que se leve em conta o que chamei de "autonomia relativa", que é o resultado das relações que se estabelecem entre as exigências "externas" da produção moderna e a lógica interna de reprodução familiar.

Com efeito, a tecnologia transforma internamente a unidade de produção camponesa: ela introduz o elemento "externo" no interior das próprias relações de trabalho da família, ao interferir na forma de produzir e no tempo de produção. No entanto, esta mesma tecnologia aumenta o patrilhão da família, reitera o trabalho familiar e amplia a capacidade deste trabalho, tornando-o uma força mais produtiva.

A unidade de produção familiar constitui-se, assim, como um espaço dado e construído, que espelha a capacidade que possui o proprietário que trabalha, de efetuar escolhas, de traçar estratégias que, incorporando as imposições da forma de produzir e das condições de vida, socialmente dadas, orientem o estilo de vida no presente e as perspectivas futuras da própria família.



Vale registrar a importância que assume, neste caso, duas situações específicas. Por um lado, a dos agricultores familiares integrados às agroindústrias, por meio de contratos de produção - mais frequente no Sul do País - na qual aparece de forma explícita, a problemática da autonomia/subordinação.

Por outro lado, os estudos referentes à "pluriatividade" dos agricultores familiares, processo que, não sendo propriamente novo no meio rural, tem certas características que o particularizam, nas condições atuais da agricultura moderna. Vista por uns, como mais uma evidência da proletarianização do agricultor familiar, a pluriatividade é hoje reconhecida, aqui, e nos outros países, como a manifestação por excelência da capacidade de adaptação destes agricultores - não como uma forma de sair, mas, ao contrário, como uma forma de ficar - que cria novos contornos para a própria relação campo-cidade, manifestação cuja importância não ficou despercebida pelas indústrias que descentralizavam seu processo produtivo. No Brasil, estudam este processo, entre outros, Maria José Carneiro, do CPDA, da UFRRJ - cuja tese de doutorado é sobre a pluriatividade em uma comunidade camponesa na França - Flávio Sacco dos Anjos e Sérgio Schneider, da UFRGS.

Permito-me fazer aqui uma referência especial à pesquisa comparativa internacional sobre a

Reencontro com o Nordeste

agricultura familiar em 5 países (França, Canadá, Polônia, Tunísia e Brasil), da qual tive a honra de participar, juntamente com Ghislaine Duqué, da UFPB e Anitar Brumer, da UFRGS.

Como disse na apresentação do tomo 2 em português, recentemente lançado pela Editora da UNICAMP, "Seus autores rejeitam a concepção da agricultura familiar como uma forma social residual, transitória ou em vias de desaparecimento e consideram que ela ocupa um espaço próprio nas sociedades modernas... Ao mesmo tempo, afirmam que a agricultura familiar nas sociedades modernas é, antes de tudo, uma realidade multiforme e que esta diversidade resulta, sobretudo, de sua capacidade de adaptação a contextos sociais e políticos os mais diversos".

Minha própria observação me levou a concluir que, enquanto o agricultor familiar francês era um agricultor estimulado e o polonês, tolerado, no Brasil, o agricultor familiar poderia ser considerado bloqueado, isto é, não consegue desenvolver todas as suas potencialidades como agente da produção e cidadão brasileiro, "desperdiçado" pelo modelo de desenvolvimento dominante, tanto quanto as forças produtivas do trabalhador assalariado e os recursos naturais predatoriamente utilizados. A comparação com camponeses que têm uma longa tradição, como os da França e da Polónia, e um grande apoio público como os do Canadá, nos

permite propor que a agricultura familiar no Brasil seja vista como uma "realidade em construção".

Na verdade, mais do que entender a sobrevivência desta forma de produção, o que está em questão é a capacidade do agricultor familiar moderno, no Brasil, tornar-se, efetivamente, um agente do progresso - a exemplo dos países avançados modernos da Europa e da América do Norte - e da agricultura familiar de se tornar um modelo alternativo para a sociedade brasileira, mais eficiente, menos excludente e menos predatório que o modelo latifundiário.

4. Quarto eixo: a exclusão social a partir do campo.

O quarto eixo presente nos estudos rurais brasileiros diz respeito aos processos de exclusão social, processo este que a modernização da agricultura aprofundou. Sem a pretensão de esgotar esta questão, vou referir-me aqui a apenas alguns de suas manifestações.

4.1. Fronteira e exclusão social

Uma das mais impressionantes expressões da exclusão social se manifesta através da errância de grandes contingentes da população na direção das fronteiras norte e centro-oeste, então no auge do processo de ocupação e na direção das grandes cidades.

A fronteira, aparece, num primeiro momento, e em discursos bastante diferentes entre si, como o lugar da utopia, onde deverá ser criado um Brasil diferente. Alguns destes discursos: os "bandeiras-verdes", grupos de romeiros, inspirados nas profecias de Padre Cícero, que Maria Antonieta Vieira da Costa vem pesquisando, acreditam que será preciso atravessar o grande rio para alcançar a salvação; a Igreja Católica encontrou no posseiro amazônico um novo personagem, que fará a caminhada para a terra prometida; a Associação dos empresários da Amazônia, sediada em São Paulo conquistaria a região, em nome do progresso; o Governo, com sua política de colonização, pretendia esvaziar as reivindicações pela reforma agrária e, também em nome do progresso, povoar "uma terra sem homens com homens sem terra". É o sonho dos camponeses. Nas palavras de José Vicente Tavares dos Santos, "... havia entre os camponeses das regiões de origem, de certa forma acuados pela falta de terras, um desejo de reproduzir-se como camponeses, quer tratando-se deles mesmos em melhores terras ou em áreas mais extensas, ou de seus filhos em condições semelhantes. Por conseguinte, esta 'sede da terra' fez surgir, também, um 'sonho da terra' entre esses camponeses que queriam continuar sendo camponeses". (SANTOS, 1993)

A forma como se deu efetivamente a ocupação destas fronteiras fez delas apenas o

prolongamento brutal de uma sociedade; para muitos, em vez do lugar de refúgio e reconstrução, um lugar de desilusão e fracasso, no qual o progresso se traduziu nas formas espúrias do trabalho compulsório, escravo, adotado precisamente pelas modernas agropecuárias; na "descoberta" que, na verdade ali havia gente - do que resultou o que a Igreja chamará em seu Documento da Terra, numa verdadeira "guerra de extermínio"-; na criminosa degradação da natureza e na frustração de milhares de migrantes. Vale lembrar que os colonos do Sul, agricultores considerados modelo pelos planos de colonização, uma vez "retornados" à terra natal, deram origem ao combativo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

Como afirma José Vicente Tavares dos Santos, a fronteira gera a exclusão social. "É justamente neste nomadismo dos colonos brasileiros que se opera o inverso da seleção social: em outras palavras, a produção social da exclusão é uma das dimensões do processo de colonização". (SANTOS.1993).

4.2. Êxodo rural: pobreza no campo e na cidade.

A esta migração rural-rural, acrescente-se o intenso movimento migratório da população rural na direção das cidades, que se acentuou neste período. George Martine estimou que entre 1960 e 1980, 28,4 milhões de pessoas deixaram as áreas

Reencontro com o Nordeste

rurais, das quais, 15,6 milhões nos anos 70.

O "mapa da fome" explicita a dimensão do problema. "Trinta e dois milhões de brasileiros - uma população equivalente à da Argentina - defronta-se, diariamente, com o problema da fome. São nove milhões de famílias, cuja renda mensal lhes garante, na melhor das hipóteses, apenas a aquisição de uma cesta básica de alimentos capaz de satisfazer as suas necessidades nutricionais".

Para estes trabalhadores expulsos do campo, mas que permanecem trabalhando na agricultura, a situação é clara. Como Eugenia Trancoso Leone demonstrou em sua tese, "a vida nas cidades requer um nível de renda que a agricultura não tem proporcionado à maioria daqueles que nela trabalham, ainda que já tenham residência urbana". (LEONE.1994). De um modo geral, a população rural que vêm para a cidade, com os níveis precários de qualificação, que geralmente apresentam, dificilmente conseguem, de fato, inserir-se na vida urbana. Os problemas do campo são assim transferidos para as cidades, onde explodem sob a forma da miséria e da violência anômica e das crescentes dificuldades para administrar e resolver os problemas dos grandes centros urbanos do País.

"A metade (dos indigentes) localiza-se nas cidades. A parcela mais significativa destes - cerca de

7,2 milhões de indigentes - está no Nordeste. Outra parcela apreciável dos famintos urbanos está nas regiões metropolitanas - 4,5 milhões de pessoas, ou cerca de 30% do total de indigentes que vivem nas cidades brasileiras. Apesar da concentração no Nordeste e nas grandes cidades, a fome urbana dissemina-se por todo o território nacional".

Mas, apesar desta "exportação de pobres" para as cidades, o meio rural permanece um "locus", onde se gera e se reproduz parcela importante dos problemas sociais. Vamos nos referir aqui, especialmente, à pobreza rural, sobre a qual vários estudos foram realizados recentemente.

José Graziano da Silva demonstra, com base nos dados da PNAD 1990, que as situações de pobreza se concentram no meio rural e especialmente no meio rural do Nordeste. Em suas palavras, "... a proporção de famílias pobres é muito maior quando o local de residência é o meio rural: quase 25%, ou seja, uma em cada quatro famílias cujo chefe tem na agricultura atividade principal e mora no campo, tinha uma renda total inferior ao salário mínimo em 1990". (SILVA.1995). Quando se trata do Nordeste, "cerca de 20% das famílias agrícolas com domicílio urbano tem uma renda total inferior ao salário mínimo; entre as que moram na zona rural essa proporção salta para 33%. (p.142). Além disso, no Nordeste, a percentagem de famílias agrícolas com renda per

capita inferior a meio salário mínimo é muito maior na zona rural".

Este mesmo autor, analisando a evolução da pobreza rural nos anos 70 e 80, considera que, nos anos 70, "cresceu a desigualdade, mas diminuiu a pobreza no campo", consequência, segundo ele, do fato de que "o campo expulsou a pobreza para as cidades". Por sua vez, "os anos 80 mostraram um quadro muito mais perverso: continuou a crescer a desigualdade na distribuição da renda com o agravante de que agora os pobres se tornaram ainda mais pobres". (p.133). E o autor formula a hipótese de que estes "pobres do campo", "na sua grande maioria são trabalhadores temporários sem vínculo empregatício e pequenos produtores não-modernizados que trabalham 'por conta própria' e que se concentram na região Nordeste". (p.134)

Muito interessante também é a análise de Angela Kageyama sobre a pobreza rural. Para ela, "a raiz da pobreza rural no Brasil não está apenas na 'falta de trabalho' ou no subemprego, mas, para uma grande parcela, há um tipo mais 'perverso' de pobreza: aquele em que se despende um longo esforço produtivo - muitas vezes acima dos limites considerados normais - que não é compensado por maior remuneração". (p.57)

Em sua pesquisa sobre a pobreza e o trabalho na agricultura brasileira, Eugênia Troncoso Leone afirma: "Em 1990, o IPEA contabilizou 16,1 milhões de pessoas

nas áreas rurais que por seu baixo nível de renda devem ter problemas de nutrição. Dessas, 10,1 milhões (62,7%) encontram-se na região Nordeste. A pobreza, medida pela baixa renda, ainda quando se leve em conta o menor custo de vida no campo, é bem maior nas áreas rurais e a ela estão associados problemas mais graves de subnutrição, moradia, mortalidade infantil e baixa expectativa de vida".

Como afirmou Dirceu Pessoa, referindo-se ao Nordeste, a pobreza rural não constitui "um atributo de uma população ou de uma região marginalizada de um processo de desenvolvimento nacional. Ela se configura, ao contrário, como condição e efeito desse processo, a um tempo: ela é o fruto natural de um dispositivo específico de pauperização que é o simples reverso da medalha da acumulação e da concentração espacial e social da renda e da riqueza". (PESSOA.1980)

5. Quinto eixo: a cidadania no campo: lutas e movimentos sociais.

A quinta temática a ser considerada diz respeito ao que se pode chamar a cidadania no meio rural. Ela engloba os estudos que tentam responder à questão de como a população rural vivencia sua experiência de cidadão: por um lado, o exercício da cidadania no próprio meio rural: sua inserção na vida local, suas relações com o poder local e o acesso aos bens e serviços - sociais



Reencontro com o Nordeste

e culturais-coletivos; por outro lado, o exercício da cidadania a partir do campo, isto é, a inserção da população rural na sociedade brasileira. através de suas representações sobre esta sociedade e das formas de sua participação para além da vida local. Estes estudos têm se ampliado com a "redemocratização" do país e a importância crescente da chamada "sociedade civil".

Gostaria de referir-me, particularmente, às questões suscitadas pelos movimentos sociais rurais. São inúmeros os estudos sobre os movimentos sociais rurais, desde os clássicos, que se referem aos movimentos messiânicos - Maria Isaura, Mauricio Vinhas - passando pelos escritos sobre as ligas camponesas e o movimento sindical rural, dentre os quais devem se incluir autobiografias, biografias e depoimentos de líderes destes movimentos de todos os matizes. Este é de fato, um dos temas fortes deste campo: Leonilde Servolo de Medeiros é autora de um excelente e didático livro, publicado pela FASE, sobre a história destas lutas sociais e um dos grupos da APIPSA vem se dedicando há vinte anos ao tema dos movimentos sociais rurais.

Os estudos sobre o conjunto dos movimentos sociais no Brasil, sobretudo a partir da década de 70, têm, em geral, uma forte conotação urbana, refletindo frequentemente as lutas de grupos específicos para o acesso a condições socialmente

aceitáveis de vida na cidade: lutas pela casa própria, das mulheres por creches, por melhores condições de transporte, pelo acesso ao sistema de saneamento, eletrificação, etc. Neste mesmo tempo, no meio rural, apesar do envolvimento de parte significativa dos sindicatos nos procedimentos assistencialistas de concessão do FUNRURAL, a reforma agrária nunca deixou de ser o eixo central das reivindicações, funcionando, como afirma Afrânio Garcia, como o elemento unificador das lutas específicas das diversas categorias de trabalhadores rurais.

O tema da reforma agrária retoma toda a sua força a partir de 1985, com a criação de um Ministério encarregado de implanta-la. O debate, com suas faces acadêmica e político-ideológica, se polariza em torno de duas posições. Para uns, a reforma agrária seria um projeto ultrapassado, uma vez que a agricultura já teria realizado sua modernização, de forma que a propriedade da terra não seria mais um obstáculo ao desenvolvimento. Para outros, ao contrário, este seria o "calcanhar de aquilcs" da modernização - e da modernidade - da sociedade brasileira e que seria necessário ainda realizar uma profunda transformação da propriedade latifundiária, desperdiçadora de terras, de forma a torná-la mais produtiva e eficiente. Esta polarização se desdobra, por sua vez em uma outra, que opõe os que consideram a reforma agrária uma reorientação do próprio processo de

modernização da agricultura e de revalorização do meio rural e os que, ao contrário a aceitam apenas como uma "política social", sob vários aspectos compensatória e destinada a reter o êxodo rural e garantir fontes de ocupação e renda aos habitantes do campo.

Este balanço seria incompleto se não me referisse ao importante papel dos aliados e mediadores dos movimentos sociais, especialmente a Igreja. Vanilda Paiva publicou, em 1985 uma coletânea sobre a Igreja e a questão agrária, que inclui as contribuições dos participantes de um seminário sobre este tema, entre eles: José de Souza Martins, Moacyr Palmeira, Abdias Vilar de Carvalho.

Regina Novaes tem dado uma excelente contribuição sobre este tema; em sua tese de doutorado, recentemente publicada no Rio de Janeiro - "De corpo e alma; catolicismo, classes sociais e conflitos no campo" - ela aborda os temas, da exploração do trabalhador rural, as identidades políticas (político-religiosas), os mediadores, memória etc .

Atualmente, as pesquisas sobre os movimentos sociais, especialmente sob a forma de teses e dissertações, concentram-se sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra e sobre as experiências dos assentamentos da Reforma Agrária.

O Censo da Reforma Agrária do Brasil, realizado em 1996, registra

a existência, nessa data, de 1.425 projetos de assentamentos, que envolviam 159.778 beneficiários. Com todas as dificuldades que sabemos existir para (re)construir este (novo) espaço de produção e de vida social, os assentamentos são hoje uma realidade indiscutível.

Se a viabilidade econômica destes assentamentos tem sido o interesse principal, sobretudo dos economistas, sociólogos e antropólogos vêm se dedicando igualmente à compreensão das condições sociais, culturais e políticas destes novos espaços sociais, cuja existência, frequentemente afeta o quadro da vida local.

6. Sexto eixo: Agricultura e meio ambiente.

Como todos sabem, a consciência dos problemas ambientais mais gerais, do planeta, não é recente e, na verdade surgiu, historicamente mais vinculada aos impasses gerados pela poluição industrial, do que propriamente a partir da agricultura. No entanto, atualmente, esta vinculação é muito forte e constitui um dos elementos centrais de crítica ao modelo produtivista de desenvolvimento agrícola.

O debate internacional tem como pontos centrais:

- a preservação dos recursos naturais;
- a busca de uma nova forma de produzir na agricultura, que



Reencontro com o Nordeste

assegure a reprodução dos ecossistemas;

- o papel dos agricultores como "protetores" da natureza (jardineiros), mediadores entre os urbanos e a natureza.

- relações entre as exigências dos consumidores, a qualidade dos produtos e a forma de produzi-los (sem agrotóxicos, sem honnônios, produtos transgênicos, etc.).

No Brasil este debate assume uma dupla significação. Aqui, mais *uma vez*, este novo padrão tem que enfrentar além das exigências modernas, a secular tradição de uma agricultura itinerante e predatória - o sistema de roças de que falam geógrafos e historiadores

Trata-se de encontrar uma "outra agricultura", que os especialistas chamam biológica, natural, alternativa - em oposição à agricultura dita convencional - que realize o duplo objetivo de preservar os recursos naturais e promover o desenvolvimento social.

O princípio da sustentabilidade, aqui, como na maioria dos países nasceu como um movimento de contestação, de uma certa forma marginal às instituições oficiais. Foram sobretudo as organizações não governamentais as principais responsáveis pela divulgação e assistência técnica destas novas técnicas preservacionistas, entre os agricultores, ao mesmo tempo que atuavam no conjunto da sociedade e junto aos poderes públicos.

Hoje este processo se modificou: o desenvolvimento sustentável é assumido não só pelas pioneiras ONG - que continuam, naturalmente, seu papel importante de mediação entre a ciência e a sociedade - mas também tornou-se uma das idéias-chave que se impôs internacionalmente, como um critério de desenvolvimento socialmente necessário.

No Brasil, ele é hoje adotado inclusive pela EMBRAPA, que há alguns anos atrás resistia à nomeação de um presidente considerado "conservacionista".

São numerosos os pesquisadores e os grupos de estudos constituídos em torno deste tema no Brasil. Mas é importante observar que, embora integrem, plenamente, o campo dos estudos rurais, eles mantêm uma indispensável interface com a Sociologia Ambiental, que evidentemente não se restringe ao universo agrícola e rural.

No interior deste tema, há alguns outros aspectos que devem ser referidos aqui. Cito especialmente, as representações dos agricultores a respeito, tanto do próprio meio ambiente, *como* das práticas alternativas de sua preservação.

7. Identidades e vida cotidiana.

Mais recentemente, tem se aprofundado, no interior dos estudos



Estudos de Sociologia

rurais, a necessidade de alargar a percepção dos agricultores, para além de sua condição de produtor, mero agente de uma atividade econômica. Já falei anteriormente da preocupação com sua condição de cidadão, participante da sociedade. Alguns destes temas não são novos, como a vida religiosa dos agricultores e trabalhadores rurais e a cultura camponesa, a família rural, etc. Progressivamente, no entanto, outros temas como a vida cotidiana, referências identitárias diversas, representações sociais, memória, imaginário, as relações familiares, estudos de gênero e de grupos geracionais – especialmente a juventude e os idosos/aposentados – estão assumindo uma importância crescente, estimulados, sem dúvida, pelo desenvolvimento da temática da subjetividade, que se aprofunda nas Ciências Sociais, neste mesmo período.

2. CONCLUSÕES

Esta apresentação panorâmica do campo dos estudos rurais me permite afirmar que as temáticas que compõem este campo são, na verdade, questões da própria sociedade, que os cientistas sociais, acolhem ou suscitam e a que tentam responder, usando os instrumentos teóricos de que dispõem ou que formulam, de modo a contribuir para uma melhor compreensão da mesma sociedade. Neste sentido, elas se

constituem, igualmente, como questões das Ciências Sociais em seu conjunto e de cada uma de suas disciplinas em particular.

De fato, desenvolvimento e *mudança social*, *classes sociais*, movimentos sociais, o mundo do trabalho, o trabalho autônomo, a exclusão social, a vida cotidiana, democracia, formas de dominação, ação coletiva, violência, identidades, representações sociais, família, gênero, gerações, etc., são conceitos e categorias *analíticas* familiares a todos os cientistas sociais, quaisquer que sejam os objetos empíricos de suas investigações.

Marcel Jollivet nos ensina qual o papel do cientista social diante da realidade que ele observa e analisa, propondo seis tarefas a cumprir:

- a) – clarificar o discurso, por sua análise interna;
- b) - formulá-lo em termos propriamente científicos;
- c) - efetuar uma "crítica externa" do discurso;
- d) - situar os fatos em sua dimensão histórica;
- e) – situar os fatos em relação aos processos sociológicos mais gerais da sociedade;
- t) - contribuir para o enriquecimento do corpus teórico das ciências sociais.

Esta lição vale para todos nós.



Reencontro com o Nordeste

Referências Bibliográficas *

- ABRA. (1993) "A Reforma Agrária na Virada do Século". *Cadernos da ABRA*, Campinas, I (1), 68 (Seminário ABRA 25 anos).
- ABRAMOVAY, Ricardo (1992) *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo e Campinas: ANPOCS/UNICAMP/HUCITEC (Estudos Rurais, 12).
- _____. et al. (1995) "Novos Dados Sobre a Estrutura Social do Desenvolvimento Agrícola em São Paulo". *Revista de Sociologia e Política*, 25 (2-3), 142-166.
- ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Z. (orgs) (1998) "Idéias na Perspectiva de um Desenvolvimento Rural Sustentável". *Reconstruindo a agricultura: idéias na Perspectiva de um Desenvolvimento Rural Sustentável*. P. Alegre: UFRGS
- ALMEIDA, Mauro W. B. (1986) "Redescobrimo a Família Rural". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, I (1), 66-83.
- ANDRADE, Manuel Correia de (1994) *Modernização e Pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo: UNESP.
- ANJOS, Flávio Sacco dos (1995) *A agricultura Familiar em Transtorno: o caso dos colonos operários de Messrendubn*. Pelotas: UFPEL.
- AZEVEDO, Fernando (1982) *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BARREIRA, César (1992) *Trilhos e Atalhos do Poder: conflitos sociais no sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo.
- BASTOS, Élide R. (1984) *Ligas camponesas: estudo sobre a luta dos camponeses em Pernambuco*. Petrópolis: Vozes.
- BERGAMASCO, Sonia M.P.P.; NORDER, Luiz Carlos Cabello (1996) *O que são os Assentamentos Rurais*. S.Paulo: Brasiliense.
- _____. et al. (1991) "Assentamentos de Trabalhadores Rurais em São Paulo: a roda viva de seu passado/presente". *Ciências Sociais Hoje*. 1991. São Paulo: ANPOCS/IVértice.
- BONIN, Anarnaria Aimoré et al. (1987) *Movimentos Sociais no Campo*. Curitiba: Criar/Scientia et Labor.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (1983) "Ideologia das Classes Subalternas", in PAULINO, A. Y ; ASCIUTTU, C., SALES, T. *Revisão Crítica da Produção Sociológica Voltada para a Agricultura*. São Paulo: ASESPI CEBRAP.

Trata-se, evidentemente, de uma bibliografia não exaustiva.

Estudos de Sociologia

- (1989/90) *Vinho Amargo: resistência, tradição e modernidade --en-tre sitiantes produtores de uva e vinho no sul de Minas Gerais*. Campinas: UNICAMP.
- (1993) "O Desencanto do Outro: mistério, magia e religião nos --e-s-tudos do mundo rural no Brasil". *Anuário Antropológico*. 1991. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.
- (1995) *A Partilha da Vida*. São Paulo: GEIC/Cabral.
- (1998) *Memória Sertão: cenários, cenas, pessoas e gestos nos sertões de João Guimarães Rosa e de Manuelzão*. S.Paulo: Cone Sul/UNIUBE.
- BRUMER, Anita; DUQUÉ, Ghislaine; LOURENÇO, Fernando Antonio; WANDERLEY, Maria de Nazareth (1993) "A agricultura familiar no Brasil", in LAMARCHE, Hugues (coord.) *A Agricultura Fsmiliet: umn realidade multifonne*. Vol I. Campinas: UNICAMP.
- BRUNO, Regina (1995) "Le Statut de la Terre: entre conciliation et confrontation". *Cahiers du Brésil Contemporain*, Número especial, 33-62.
- (1997) *Senhores da Terra, Senhores da Guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. R. Janeiro: Forense Universitária/UFRRJ.
- CAMARGO, Aspásia Alcântara de (1981) "A Questão Agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)", in FAUSTO, Boris, *História Geral da Civilização Brasileira*. Vol 3. O Brasil republicano. 3. Sociedade e politica. (1930-1964). São Paulo: Difel.
- CÂNDIDO. Antônio (1964) *Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro: José Olyrnpio.
- CARDOSO, Ciro Flamarion (1979) "História da Agricultura e História Regional" : perspectivas metodológicas e linhas de pesquisa, in CARDOSO. C. F. (org.), *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis: Vozes.
- CARNEIRO, Maria José Teixeira (1998) *Camponeses, Agricultores & Pluriatividade*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- (1997) "Ruralidade: novas identidades em construção". *Anais. XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Natal: SaBER.
- (1998) "O Ideal *Rurbano*: campo e cidade no imaginário de jovens rurais", in SILVA, Francisco Carlos T.; SANTOS, Raimundo; Costa, Luis Flávio de C. (orgs), *Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Campus.
- CASTRO, Hebe M. Mattos de (1987) *Ao Sul da História*. São Paulo: Brasiliense.
- CAVALCANTI, Josefa Salet B. (1991) "A Pequena Produção e as Ciências Sociais nos anos 80". *Cadernos de Ciências Sociais*, 2, 17-21.



- _____. (1993) "O Campo Revisitado: teoria sociológica e agricultura: tendências e desafios". *Cadernos de Sociologia*, 1993, 61-67 (Número Especial: Natureza, História e Cultura: repensando o social).
- _____. (1995) "Globalização e Agricultura: processos sociais e perspectivas teóricas". *Estudos de Sociologia*, 1 (2), 105-118.
- _____. (1996) "Globalização, Novas Regiões de Produção Agrícola e Desigualdades Sociais". *Cadernos do CRH*, 24/25, 102-121 (Globalização e Trabalho).
- _____. (1997) "Frutas para o Mercado Global". *Revista do Instituto de Estudos Avançados da USP*, 11 (29), 79-93.
- DELGADO, Guilherme (1995) *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985*. São Paulo e Campinas: Icone/UNICAMP.
- _____. et al (1990) *Agricultura e Políticas Públicas*. Brasília: IPEA (Série IPEA, 127).
-)INCAO, Maria da Conceição (1975) *O "Bóia-Fria": acumulação e miséria*. Petrópolis: Vozes.
- _____. CARVALHO, Abdias Vilar de (1982) *Significado e Viabilidade da Reforma Agrária*. Petrópolis: Vozes.
- _____. ROY, Gérard (1995) *Nós cidadãos: aprendendo e ensinando democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- EISENBERG, Peter (1989) *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil séculos XV/II e XIX*. Campinas: UNICAMP.
- ESTERCI, Neide (1987) *Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (org.) (1984) *Cooperativismo e Coletivização no Campo: questões sobre a prática da Igreja popular*. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- FERRANTE, Vera Lúcia S.B. (1993) "A Proletarização não tem Cartas Marcadas: a terra no horizonte dos bóias-frias". *Cadernos de Sociologia*, 4, 69-76.
- _____. BERGAMASCO, Sonia M.P.P. (1995) *Censo de Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo*. Araraquara: UNESP.
- FERREIRA, Angela D. D. (1995) *Agriculturas et Industries Agrolimentsaires: stratégies, adaptations et conflits: une étude de cas en Purari, Brésil*. Tese de Doutorado, Université de Paris III, Paris, datilo.
- _____. (1995) "Agricultura e Agroindústrias: estratégias, adaptações e conflitos". *Revista Agrária*, 25 (2-3), 86-113.
- _____. BRANDEISEN, Alfio. (orgs.) (1998) *Para pensar Outra Agricultura*. Curitiba: UFPR.
- FRANCO, Maria Sylvia de C. (1974) *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Atica.
- FUKUI, Lia G. (1979) *Sertão e Bairro Rural: parentesco e família entre sítios tradicionais*. São Paulo: Atica.

- GARCIA JR., Afrânio Raul (1983) *Tetra de Trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1989) *Sul: O Caminho do Roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. Rio de Janeiro e Brasília: Marco Zero/CNPq.
- GIULIANI, Gian Mario (1990) Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 5 (14).
- GNACCARINNI, José C. A. (1980) *Latifúndio e Proletariado: formação da empresa e relações de trabalho no Brasil rural*. São Paulo: Pólis.
- _____. MOURA, Margarida M. (1983) "Estrutura agrária brasileira: permanência e diversificação de um debate". *BIB*, 15.
- GODOY, Emilia P. de (1993) *O Trabalho da Memória: um estudo antropológico de ocupação camponesa no sertão do Piauí*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, UNICAMP, Campinas, datilo.
- _____. (1998) "O sistema do Lugar: história, território e memória no sertão", in NIEMAYER, Ana Maria de; GODOI, Emília P. de (org. e apres.) *Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. Campinas: Mercado de Letras.
- GOODMANN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John (1990) *Da Lavoura às Biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro: Campus.
- GRZYBOWSKI, Cândido (1986) *Caminhos e Descendentes dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: FASEI Vozes.
- GUIVANT, Júlia Silvia (1992) *O Uso de Agrotóxicos e os Problemas de sua Legitimação: um estudo de sociologia ambiental no município de Santo Amaro da Impcrarriz, Se*. Tese de Doutorado, UNICAMP, Campinas, datilo.
- _____. (1994) "Encontros e Desencontros da Sociologia Rural com a Sustentabilidade Agrícola: uma revisão da bibliografia". *BIB*, 38,1-92.
- HEREDIA, Beatriz M. A. de (1979) *A Morada da Vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1989) *Formas de Dominação e Espaço Social*. S. Paulo: Marco Zero.
- HOFFMANN, Rodolfo (1992) "Vinte Anos de Desigualdade e Pobreza na Agricultura Brasileira". *Revista Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, 30 (2),97-113.
- HOFFMANN, Rodolfo; KAGEYAMA, Angela (1985) "Modernização da Agricultura e Distribuição de Renda no Brasil". *Revista de Pesquisa e Planejamento*, 15 (1). 171-208.
- HOLANDA, Sergio B. de (1995) *Raízes do Brasil*. 26. ed., São Paulo: Companhia das Letras.

Reencontro com o Nordeste

- IANNI, Octávio (1978) *A Luta pela Terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1984) *Origens Agrárias do Estado Brasileiro*. São Paulo: Brasiliense.
- KAGEYAMA, Angela (1986) "Os Maiores Proprietários de Terra no Brasil". *Refonna Agrária*, 15 (5), 63-67.
- _____. (1986) A Pobreza Rural: excesso de trabalho e insuficiência de renda. *Retorme Agrária*, 16 (2), 56-61.
- _____. BERGAMASCO, Sonia M.P. (1989/90) "A Estrutura de Produção no Campo em 1980". *Perspectivas*, 12/13, 55-72.
- KAGEYAFVIA, Angela (1985) *Modernização, Produtividade e Emprego na Agricultura Brasileira: uma análise regional*. Tese de Doutorado, I.E./UNICAMP, Campinas, datilo.
- _____. (coord) (1990) "O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais", in DELGADO, Guilherme da C. et al. *Agricultura e Políticas Públicas*. Brasília: IPEA (Série IPEA, 127).
- _____. (1986) "A Pobreza Rural: excesso de trabalho e insuficiência de renda". *Retorme Agrária*, 16 (2), 56-61.
- LAMARCHE, Hugues (coord) (1993) *Agricultura Familiar*. Vol. 1. uma realidade multiforme. Campinas: UNICAMP.
- _____. (1998) *Agricultura Familiar*. Vol. 2. Do mito à realidade. Campinas: UNICAMP.
- LEONE, Eugenia Troncoso (1994) *Pobreza e Trabalho no Brasil: análise das condições de vida e ocupação das famílias agrícolas nos anos 80*. Tese de Doutorado, UNICAMP, Campinas, datilo.
- UNHARES, Maria Y ; SILVA, Francisco C. T. da (1981) *História da Agricultura Brasileira: combate e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense.
- LOPES, Juarez R. Brandão (1977) "Empresas e Pequenos Produtores no Desenvolvimento do Capitalismo Agrário em São Paulo: 1940-1970". *Estudos CEBRAP*, 22, 41-110.
- LOUREIRO, Maria Rita (1987) *Terra, Família e Capital: formação e expansão da pequena burguesia rural em São Paulo*. Petrópolis: Vozes.
- LOVISOLO, Hugo Rodolfo (1989) *Terra, Trabalho e Capital: produção familiar e acumulação*. Campinas: UNICAMP.
- MARIM, Maria C. de Melo (1984/85) "Migração sem Urbanização: o caso da cidade paraibana de Serra Branca". *Raizes*, 4 (4/5), 197-203.
- MARTINE, George (1989) *Fases e Faces da Modernização Agrícola Brasileira*. Brasília: IPEA/PLAN (Texto para discussão, 15).
- _____. (1995) "A Evolução Espacial da População Brasileira", in AFFONSO, Rui de B. A; SILVA, Pedro L. B. *Desigualdades Regionais e Desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP/UNESP.

Estudos de Sociologia

- . GARCIA, Ronaldo C. (1987) *Os Impactos Sociais da --- Modemização Agrícola*. São Paulo: Caetés.
- MARTINS, José de Souza (1973) *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*; São Paulo: Pioneira.
- . (org.) (1975) *Capitalismo e Tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira.
- . (1979) *O Cativo da Terra*. S.Paulo: Ciências Humanas.
- . (1980) *Expropriação e Violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec.
- . (1981) *Os Camponeses e a Política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes.
- . (org) (1981) *Introdução Crítica à Sociologia Rural*. São Paulo: Hucitec.
- . (1984) *A Militarização da Questão Agrária no Brasil: terra e poder, o problema da terra na crise política*. Petrópolis: Vozes.
- . (1994) *O Poder do Atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec.
- MEDEIROS, Leonilde S. de (1989) *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: FASE.
- . et al. (1994) *Assentamentos Rurais: uma visão multidiscipliner*. São Paulo: UNESP.
- . LEITE, Sérgio (orgs.) (1999) *A Fonnação dos Assentamentos Rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre e Rio de Janeiro: UFRGS/CPDA.
- . et al. (1999) "Luta por Terra e Assentamentos Rurais no Estado do Rio de Janeiro", in MEDEIROS, Leonilde S.; LEITE, Sérgio (orgs.), *A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre e Rio de Janeiro: UFRGS/CPDA.
- MONTEIRO, Douglas T. (1974) *Os Errantes do Novo Século*. São Paulo: Duas Cidades.
- MOREIRA, Roberto J. (1981) "A Pequena Produção e a Composição Orgânica do Capital". *Revista de Economia Política*, I (3).
- . (1995) "Parceria e os Negócios do Coronel : trabalho familiar residente e competição no complexo rural". *Refonna Agrária*, 25 (2-3), 5-20.
- MOURA, Margarida M. (1978) *Os Herdeiros da Terra: parentesco e herança numa âc« rural*. São Paulo: Hucitec.
- . (1988) *Os Deserdados da Terra*: Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- . (1988) *Camponeses*. 2ª.ed. São Paulo: Atica.
- MULLER, Geraldo (1989) *Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária*. São Paulo: Hucitec.

Reencontro com o Nordeste

- MUSUMECI, Leonarda (1988) *O Mito da Terra Liberta: colonização "espontânea", campesinato e patronagem na Amazônia Oriental*. São Paulo: Vértice/ANPOCS.
- NAVARRO, Zander (org.) (1996) *Política, Protesto e Cidadania no Campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS.
- NEVES, Delma Pessanha (1988) *Engenho e Arte: estudo do processo de interdependência entre agricultura e indústria na região açucareira de Campos (RJ) a partir do ponto de vista dos fornecedores de cana*. Tese de Doutorado, Museu Nacional, Rio de Janeiro, datilo.
- _____. (1981) *Lavradores e Pequenos Produtores de Cana: estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas no capital*. Rio de Janeiro: Zahar,
- _____. (1995) "Agricultura Familiar: questões metodológicas". *Reforma Agrária*, 25 (2-3), 21-36.
- NIEMAYER, Ana Maria de; GODOI, Emília P. de (org. e apres.) (1998) *Além dos Territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. Campinas: Mercado de Letras.
- NOVAES, Regina R. (1997) *De Corpo e Alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia.
- _____. (1991) "Continuidades e Rupturas no Sindicalismo Rural", in **BOITO JR.** Armando (org.), *O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- PAIVA, Vanilda (org.) (1985) *A Igreja e a Questão Agrária*. São Paulo: Loyola.
- PALACIOS, Guilherme (1987) "Campesinato e Escravidão no Brasil: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres do Nordeste oriental do Brasil": 1700-1875. *Dados*, 30 (3), 325-356.
- PALMEIRA, Moacir (1977) "Casa e Trabalho: notas sobre as relações sociais na plantation tradicional". *Contraponto*, 2 (2), 103-114.
- _____. (1976) "Campesinato, Fronteira e Política". *Anuário Antropológico*/ 6. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- _____. (1989) "Modernização, Estado e Questão Agrária". *Estudos Avançados*, 7, 87-108.
- PAPMA, Frans (1992) *Contesting the Household Estate: southern Brazilian peasants and modern agriculture*. Amsterdam: CEDLA (Latin America Studies, 67).
- PAULILO, Maria Ignês S. (1990) *Produtor e Agro-Indústria: consensos e dissensos: o caso de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC.
- PELIANO, Anna Maria T.M. (coord.) (1993) *O Mapa da Fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar*. Brasília: IPEA (Documento de Política, 14).

- PESSOA, Dirceu (1980) *Espaço Rural e Pobreza no Nordeste do Brasil*. Recife: FUNDAJIMassangana.
- _____. (coord.) (1990) *Política Fundiária no Nordeste: caminhos e dcscaminhos*. Recife: Massangana.
- PINTO, Luiz Carlos G. (1995) *Trinta Anos de Estatuto da Terra: reflexões sobre a política agrária brasileira no período 1964/1994*. Campinas: UNICAMP.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. de (1973) *O Campesinato Brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. São Paulo e Petrópolis: EUSPIVozes (Estudos Brasileiros, 3).
- _____. (1963) "Uma Categoria Rural Esquecida". *Revista Brasiliense*, 45, 83-97.
- _____. (1969) "Favelas Urbanas, Favelas Rurais". *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 7, 81-99.
- _____. (1973) *Bairros Rurais Paulistas: dinâmica das relações bairro-cidade*. São Paulo: Duas Cidades.
- _____. (1978) *Cultura, Sociedade Rural, Sociedade Urbana no Brasil: ensaios*. S. Paulo: EDUSP.
- _____. (1976) *O Mandonismo Local na Vida Política do Brasil e Outros Ensaio*s. São Paulo: Alfa-Omega.
- RINALDI, Doris M. (1980) *A Terra do Santo e o Mundo dos Engenhos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- ROMEIRO, Ademar et al. (org.) (1994) *Reforma Agrária, Produção, Emprego e Renda: o Relatório da FAO em debate*. Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO.
- _____. (1998) *Meio Ambiente e Dinâmica de Inovações na Agricultura*. São Paulo: FAPESP/Annablume.
- SALES, Tereza (1977) *Cassacos e Corumbas*. São Paulo: Ática.
- _____. (1982) *Agreste, Agrestes: transtormações recentes na agricultura nordestina*. Rio de Janeiro e São Paulo: Paz e Terra/CEBRAP.
- _____. (1993) "Caminhos da Cidadania". *Reforme Agrária* (Revista da ABRA) 23 (2), 45-58.
- SALLUM JR., Brasília (1982) *Capitalismo e Cafeicultura: oeste paulista: 1888-1930*. São Paulo: Duas Cidades.
- SANTOS, José Vicente T. dos (1978) *Colonos do Vinho: estudo sobre a subotdineç ao do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: Hucitec (Ciências Sociais, Realidade Social).
- _____. (org.) (1985) *Revoluções Camponesas na América Latina*. São Paulo e Campinas: Icone/UNICAMP.
- _____. (1993) *Matuchos: exclusão e luta: do sul para a Amazônia*. Petrópolis: Vozes.

Reencontro com o Nordeste

- _____. (1988) *Notas sobre a Investigação Sócio-Antropológica do "Rural": o caso do Grupo de Trabalho Estado e Agricultura da ANPOCS*. Mimeo, 1988.
- _____. (1994) "Conflitos Sociais Agrários: formação e lutas dos camponeses meridionais". *Cadernos de Sociologia*, 6, 135-151.
- _____. (1991) "Crítica da Sociologia Rural e a Construção de uma outra Sociologia dos Processos Sociais Agrários". *Ciências Sociais Hoje*, 1991. S. Paulo: ANPOCSIVértice.
- SCHNEIDER, Sergio (1994) *Os Colonos da Indústria Calçadista: expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado em sociologia, UNICAMP, Campinas, datilo.
- _____. (1997) "Da Crise da Sociologia Rural à Emergência da Sociologia da Agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana". *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, EMBRAPA, 14 (2), 225-257.
- SEYFERTH, Geralda (1985) "Herança e Estrutura Familiar Camponesa". *Boletim do Museu Nacional*, 52.
- _____. (1984) "Camponeses ou Operários?: O significado da categoria colono numa situação de mudança". *Revista do Museu Paulista*, 29: 72-96.
- _____. (1992) "As Contradições da Liberdade: análise das representações sobre identidade camponesa". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18 (7), 78-96.
- _____. (1987) "Aspectos da Proletarização do Campesinato no Vale do Itajaí (SC): os colonos-operários" in LOPES, J.S.L. *Cultura e Identidade Operária*. São Paulo: Marco Zero.
- _____. (1993) "Identidade Camponesa e Identidade Étnica: um estudo de caso". *Anuário Antropológico*, 1991. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- SIGAUD, Lígia (1979) *Os Clandestinos e os Direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades.
- _____. (1986) *Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ (Comunicação, 9).
- _____. (1983) "Luta Política e Luta pela Terra", in PAULINO, A.Y., ASCIUTTI, C.; SALES, T. *Revisão Crítica da Produção Sociológica Voltada para a Agricultura*. São Paulo: ASEP/CEBRAP.
- SILVA, José Graziano da. (coord.) (1978) *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*. São Paulo: Hucitcc.
- _____. (1981) *Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura*. São Paulo: Hucitec.